



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0011924-37.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violação de direito autoral**
 Documento de Origem: **IP, BO - 386/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 2275/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **MARLENE APARECIDA MARTINS VICENTINI**

Aos 12 de julho de 2016, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como da ré **MARLENE APARECIDA MARTINS VICENTINI**, acompanhada do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de acusação Alberto Luiz Martins, em termo apartado. Ausente a testemunha Edson Alexandre de Oliveira, policial militar que justificou a ausência. O Dr. Promotor desistiu da inquirição da testemunha. O MM. Juiz homologou a desistência e passou ao interrogatório da ré, também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ação penal é procedente. A ré admitiu a propriedade dos CDs e DVDs e o laudo pericial comprova a materialidade. Isto posto, requeiro a condenação da acusada nos termos da denúncia. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Não justifica a intervenção do direito penal no caso em tela. O direito penal deve ser a ultima ratio, sendo que no caso dos autos o prejuízo financeiro já serviu de punição para a acusada. Além do mais, pode-se observar que uma mera punição administrativa seria suficiente para reprovar e prevenir a prática do referido crime. Portanto é caso de absolvição da acusada em virtude do princípio da subsidiariedade do direito penal. Em caso de condenação, deve a pena ser suspensa nos termos dos arts. 77 e 78 do Código Penal. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. MARLENE APARECIDA MARTINS VICENTINI**, RG 6.526.356-X, qualificada nos autos, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 184, § 2º, do Código Penal, porque no dia 02 de outubro de 2015, por volta das 10:10h, na rua Geminiano Costa, onde existe um estabelecimento comercial conhecido como “camelódromo”, nesta cidade, especificamente no Box nº 49, ficou constatado que adquiriu e expôs à venda cópias, consistentes em 727 DVD's e 123 CD's, de obras intelectuais e fonogramas, reproduzidas com violação do direito do autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor do fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente. Segundo foi apurado, na ocasião, durante uma operação policial no local, no Box nº 49, onde a denunciada exerce o seu comércio, foram apreendidos os DVD's e CD'S, onde estão gravados diversos filmes e músicas, que eram expostos à venda pela indiciada. Laudo pericial comprovou que se tratam de cópias falsas, ou seja, não originais, conhecidas como “piratas”, isto é, feitas com violação do direito autoral e sem expressa autorização dos respectivos titulares. Ao ser ouvida, a denunciada confessou a prática do crime. Recebida a denúncia (pg. 48), a ré foi citada (pg. 57) e respondeu a acusação através do Defensor Público (pg. 62/63). Sem motivos para a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi ouvida uma testemunha de acusação e a ré foi interrogada. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição sustentando que no caso da ré não se justifica a aplicação do direito penal. **É o relatório. DECIDO.** A ré tem pequeno comércio na praça do comércio onde se localiza o uma espécie de comércio informal. Policiais militares realizaram uma operação visando o combate de mídias falsificadas e entre outros estabelecimentos, no da ré encontraram e apreenderam algumas centenas de CDs e DVDs que não eram autênticos e conhecidos como “piratas”. A autoria é certa até porque foi confessada pela ré. A materialidade vem confirmada no laudo pericial de fls. 39/42. Os argumentos do combativo defensor, mais de natureza sentimental que de política criminal, não constituem motivo suficiente para ditar absolvição, impondo-se a condenação, que será a mínima, levando em conta as condições pessoais da ré, que é primária e de bons antecedentes. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena à ré. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, que a ré é primária, fixo a pena no mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão e 10 dias-multa. O regime será o aberto. Condeno, pois, **MARLENE APARECIDA MARTINS VICENTINI**, à pena de **dois (2) anos de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 dias-multa, no valor mínimo**, por ter infringido o artigo 184, § 2º, do Código Penal. Presentes os requisitos legais, concedo-lhe o “sursis”, por dois anos, com a obrigação de não mudar de endereço e comparecer mensalmente em juízo para justificar suas atividades. A admonitória será realizada oportunamente. Em caso de cumprimento da pena o regime será o aberto. Deixei de substituir a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito, por entender ser esta medida mais gravosa para a ré do que a concessão do “sursis”. Desejando a substituição, poderá pleiteá-la na fase de execução. Não há reparação de dano a ser fixado. Deixo de responsabilizá-la pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiária da justiça gratuita. Por último, destruam-se as mídias apreendidas. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, Eliane Cristina Bertuga, escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré: